



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

CURRÍCULO E GÊNERO: práticas de controle e produção de subjetividades na escola

LARISSA SILVA PEREIRA¹

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/UNEB

RAÍSSA PARDINHO PEREIRA²

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/UNEB

ZIZELDA LIMA FERNANDES³

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/UNEB

Resumo

A presente pesquisa tem sua origem no âmbito do componente curricular “Currículo”, ministrado no III semestre do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII. Motivadas pela urgência em discutir temas prioritários no campo do currículo, optamos por desenvolver uma pesquisa em torno da temática currículo e questões de gênero, reconhecendo a essencialidade desse estudo para a formação de professores. Buscamos, então, com este estudo, compreender de que maneira as questões de gênero são abordadas no currículo escolar, considerando as dinâmicas de poder e de significação envolvidas. Adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão de literatura com recorte temporal entre 2015 e 2025. Foram selecionadas dez produções acadêmicas, obtidas por meio de busca no Google Acadêmico, seguindo critérios de relevância temática e alinhamento com o objetivo proposto. A análise revelou que, embora haja avanços formais, como a inclusão de gênero e sexualidade em documentos oficiais, persistem resistências culturais e políticas que resultam no silenciamento dessas temáticas e na reprodução de estereótipos. Evidenciou-se que a formação docente é central para problematizar práticas excludentes e promover abordagens inclusivas. Conclui-se que a revisão de literatura não encerra o debate, mas evidencia lacunas e aponta para a necessidade de novas pesquisas sobre currículo e gênero, incluindo análises dos documentos oficiais que regem a política educacional brasileira, a fim de fortalecer uma educação democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Currículo Escolar. Escola. Gênero

Introdução

A escola se constitui em um espaço social e político por excelência, pois ultrapassa sua função instrucional e torna-se um agente formador de subjetividades, valores e identidades. Logo, o estudo parte do reconhecimento de que o currículo escolar não é neutro. Mas, um campo simbólico de disputas que atua na produção e na regulação de identidades, subjetividades e saberes. Ao considerar o currículo como um campo simbólico e político, a pesquisa se apoia em autores que problematizam suas dimensões de poder e subjetivação. Segundo Silva (2016), o

¹Estudante do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia.

²Estudante do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia.

³Professora Titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB e Professora Adjunto no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia/UNEB.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

currículo não apenas organiza conteúdos, mas atua diretamente na produção de identidades e subjetividades.

Na perspectiva crítica adotada por Silva (2016), compreender a escola como repositório de conteúdos significa ignorar a sua dimensão simbólica e ideológica. Para o autor “o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade” (Silva, 2016, p. 15). Isso significa que a escola, por meio do currículo, não apenas transmite saberes, mas também influencia as formas de ser e estar no mundo dos sujeitos que por ela passam. Mais do que uma sequência organizada de conteúdos a centralidade do currículo no processo de formação e de disputa se manifesta na medida em que ele se constitui como um campo simbólico de poder.

Essa compreensão de currículo se articula com a teoria da performatividade de gênero proposta por Butler (2018), para quem as identidades não são naturais, mas construídas por meio da repetição de normas e práticas sociais. Assim, gênero é entendido como um ato performativo, e não como uma essência fixa. Ao dialogar com os estudos pós-estruturalistas e feministas, Louro (2003) afirma que o currículo escolar participa da construção e regulação das identidades de gênero, naturalizando distinções e reproduzindo desigualdades. Desse modo, compreender o currículo por essa ótica implica reconhecê-lo como um espaço de disputa, onde se produzem significações sobre os sujeitos e onde é possível tensionar normas e promover transformações.

A presente pesquisa tem sua origem no âmbito do componente curricular “Currículo”, ministrado no III semestre do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII, cujo objetivo fora problematizar questões consideradas significativas no desenvolvimento do currículo na escola que se fundam nas relações de poder e de construção de identidades. Assim, motivadas pela urgência em se discutir questões prioritárias no campo do currículo, optamos por desenvolver uma pesquisa em torno da temática currículo e questões de gênero reconhecendo a essencialidade do estudo no curso de formação de professores. Buscamos, então, com este estudo, compreender de que maneira as questões de gênero são abordadas no currículo escolar, considerando as dinâmicas de poder e de significação envolvidas.

Currículo e Gênero: embasamento teórico

Para Silva (2016) o currículo é uma construção social e histórica que reflete as relações de poder presentes na sociedade. Nesse sentido, ele opera como um instrumento de seleção, exclusão e legitimação de saberes, ao definir quais conhecimentos são considerados válidos e dignos de serem ensinados, e, simultaneamente, ao silenciar ou marginalizar outros. Ainda



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

segundo o autor “Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. [...] Destacar [...] uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder” (Silva, 2016, p. 16). A seletividade do currículo implica também uma ação sobre os sujeitos, pois contribui para a constituição de identidades socialmente aceitáveis. O currículo, portanto, não apenas ensina conteúdos, mas produz sujeitos, orientando seus modos de pensar, agir e compreender o mundo.

A compreensão do currículo como um campo de disputa simbólica é fundamental para a crítica das práticas escolares. Nesse campo, disputam-se não apenas os conteúdos, mas também as identidades possíveis. O discurso curricular define e redefine os sujeitos desejáveis, exercendo um papel ativo na construção da subjetividade. Como sintetiza Silva (2016, p. 16), “as teorias do currículo estão situadas num campo epistemológico social. [...] As teorias do currículo estão no centro de um território contestado”. Portanto, discutir o currículo sob uma perspectiva crítica implica reconhecer sua natureza política e suas implicações na reprodução ou transformação das estruturas sociais.

As teorias de gênero, a partir da contribuição de Butler (2018), deslocam radicalmente a compreensão essencialista da identidade. Para a autora, o gênero não é algo que se é, mas algo que se faz, e que se constitui por meio de práticas reiterativas socialmente reguladas. Butler (2018) sustenta que não há um sujeito anterior ao ato performativo do gênero; ao contrário, o próprio sujeito emerge dessas práticas. Nas palavras da autora, “o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra” (Butler, 2018, p. 44). Em vez de conceber o gênero como uma expressão autêntica de um sexo biologicamente definido, a autora propõe que as expressões de gênero constituem aquilo que se entende como identidade de gênero. Assim, não existe uma essência anterior à performance, pois esta é, em si, o que cria o efeito da identidade. No cotidiano escolar, essas construções se manifestam de maneira explícita e implícita.

O ambiente educativo, embora muitas vezes considerado neutro, funciona como um espaço central na reprodução das normas de gênero. As expectativas em torno do comportamento de meninos e meninas, as atividades diferenciadas, a linguagem utilizada pelos docentes e os próprios materiais pedagógicos frequentemente reforçam a heteronormatividade e a binariedade de gênero. Butler (2018) discute como essas normas são sustentadas por uma matriz de inteligibilidade cultural que define quais identidades são reconhecíveis e quais são consideradas ilegítimas ou ininteligíveis. Ela observa que as práticas de gênero que não se ajustam à norma revelam a artificialidade dessa estrutura e indicam seu caráter regulatório.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Aponta, ainda, que mesmo diante dessa regulação, existem possibilidades de subversão, pois os atos performativos nunca são cópias perfeitas da norma; sempre há margem para o erro, a variação e, conseqüentemente, a transformação (Butler, 2018).

A performatividade do gênero, na análise de Butler, consiste numa repetição estilizada de atos que produzem o efeito da identidade estável ao longo do tempo. Essa repetição não garante permanência absoluta, pois está sempre sujeita ao deslocamento. É por isso que a autora defende que o gênero é uma identidade “tenuemente constituída no tempo, instituída num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (Butler, 2018, p. 187). A implicação política dessa tese é profunda, pois abre espaço para práticas pedagógicas críticas que questionem a naturalização das normas de gênero e promovam o reconhecimento de subjetividades dissidentes.

A abordagem de gênero no currículo parte do pressuposto de que ele não é um instrumento neutro ou apenas técnico, mas um campo de disputas simbólicas no qual se produzem e se reproduzem identidades, diferenças e desigualdades (Louro, 2003). A autora problematiza a naturalização das distinções entre masculino e feminino, demonstrando que tais categorias são social e historicamente construídas e performadas no interior de instituições como a escola. Para Louro (2003, p. 2), “currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos e processos de avaliação são colocados em questão” na medida em que perpetuam representações normativas de gênero que operam como formas sutis de regulação social.

Inspirada em teorias pós-estruturalistas e nos Estudos Feministas, Louro (2003, p. 63) compreende que o currículo participa diretamente da “fabricação dos sujeitos” e das identidades de gênero. Tal processo é contínuo e muitas vezes imperceptível, pois atua nas práticas cotidianas mais banais e rotineiras da vida escolar. A autora argumenta que é preciso desconfiar do que é tomado como natural, pois a naturalização dos comportamentos de meninos e meninas, bem como a legitimação de certas formas de masculinidade e feminilidade, serve para fixar posições hierárquicas e normativas. Como afirma, “os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo” (Louro, 2003, p. 28), o que torna essencial pensar o currículo como uma instância de produção e regulação dessas identidades.

Nesse ponto, é relevante articular Louro com as proposições de Corazza (2001, p.10), que entende o currículo como uma linguagem e, portanto, como um “ser falante”, que fala sobre o mundo e ao mesmo tempo o constitui. Para a autora, o currículo não sabe o que diz, nem o que



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

faz; ele sempre diz mais do que quer e, ao mesmo tempo, diz sempre outra coisa. Ou seja, mesmo quando não tematiza explicitamente as questões de gênero, o currículo está sempre implicado na produção de significações e verdades sobre os sujeitos.

Ao afirmar que os gêneros se produzem nas e pelas relações de poder, Louro (2003) repercute Michel Foucault ao tratar do poder como algo difuso, capilar e presente em todos os níveis da vida social, inclusive na sala de aula. Ela argumenta que o currículo não apenas silencia ou exclui, mas também produz subjetividades ao reforçar modelos hegemônicos de gênero. Dessa forma, as práticas pedagógicas tradicionais muitas vezes operam com base em um modelo binário e hierárquico, no qual o masculino é norma e o feminino é “o outro”, o diferente, o secundário. Como afirma a autora, “o sujeito é brasileiro, negro, homem, etc.” (Louro, 2003, p. 25), ou seja, é constituído por múltiplos marcadores sociais, como gênero, sexualidade, raça e classe, todos entrelaçados na experiência escolar.

Corazza (2001) contribui para essa discussão ao propor uma leitura pós-crítica do currículo, que renuncia à ideia de verdade única e totalizadora, e investe em significações parciais, deslocadas e abertas à reinterpretação. Ela afirma que o currículo está sempre implicado na produção de modos de subjetivação, embora frequentemente não reconheça isso. Como observa a autora, é regulado por normas discursivas que definem quem pode ser visível, quem pode falar e quem deve ser silenciado, o que se alinha diretamente com a crítica de Louro à normatividade de gênero inscrita no currículo escolar.

Por fim, Louro (2003) propõe a necessidade de práticas pedagógicas feministas, antissexistas e antinormativas, que desestabilizem a lógica binária de gênero e promovam o reconhecimento e a valorização das diferenças. Isso implica repensar o currículo como espaço de produção cultural e política, onde é possível repensar o poder que regulam corpos, comportamentos e identidades. Ao trazer à tona a articulação entre currículo, gênero e sexualidade, a Louro (2003) nos convida a uma pedagogia crítica que não apenas ensina conteúdos, mas forma sujeitos conscientes de suas múltiplas pertencas e capazes de resistir às normatividades que os tentam enquadrar.

Esse chamado ao deslocamento das normas encontra reflexo em Corazza (2001, p.128), que propõe um “manifesto por um pós-curriculo”, capaz de transformar o funcionamento da linguagem curricular, desestabilizando suas condições tradicionais de enunciação e abrindo espaço para múltiplas formas de subjetivação. Assim, o currículo deixa de ser um instrumento técnico e se revela como um campo ético, estético e político, um campo onde se disputa o que pode ser dito, vivido e ensinado, inclusive sobre gênero.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Metodologia

Esta pesquisa tem suas raízes na disciplina “Currículo”, III semestre do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII. De abordagem qualitativa, a investigação fundamenta-se em uma revisão de literatura com foco nas relações entre currículo e gênero, considerando o currículo como um campo de disputas simbólicas e políticas.

A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza interpretativa do problema em questão, o que exige uma análise atenta aos sentidos atribuídos aos discursos e práticas educacionais. Segundo Marconi e Lakatos (2007), a pesquisa qualitativa permite compreender fenômenos sociais em sua complexidade, valorizando as múltiplas interpretações que emergem do contexto em estudo. Assim, buscou-se investigar como as discussões sobre gênero têm sido desenvolvidas no campo educacional, a partir de estudos teóricos e empíricos que refletem sobre os desafios enfrentados por educadores e instituições escolares.

Após elegermos como temática prioritária o currículo e questões de gênero, buscamos, na fase inicial, realizar estudos que nos possibilitassem avançar no campo teórico. Em seguida, nos propomos a mapear estudos em torno da referida temática para que assim pudéssemos contemplar o objetivo proposto. Ou seja, realizamos uma revisão de literatura. A seleção do material bibliográfico foi feita via plataforma Google Acadêmico, utilizando os descritores “currículo” e “gênero”. A busca, delimitada ao período entre 2015 e 2025, retornou aproximadamente 2.020 publicações. Aplicamos filtros para restringir os resultados às páginas em língua portuguesa, reduzindo para 334 publicações. A partir desse conjunto, foram definidos critérios de inclusão como a pertinência temática, o alinhamento com os objetivos da pesquisa e a abordagem crítica das relações de gênero no currículo escolar. Ao final do processo, foram selecionados, exclusivamente, dez textos, entre artigos científicos e trabalhos apresentados em eventos acadêmicos, para análise detalhada. No conjunto, sobressaem produções que contribuem significativamente para o aprofundamento das discussões acerca do currículo e questões de gênero. Vejamos:

Quadro 1. Produções selecionadas a partir da revisão de literatura

Ano	Autoria	Objetivo
2023	SECATTII, Keysa Regina e GUIMARÃES, Lucelia Alves	Discutir os desafios de se construir um currículo crítico em tempos de retrocessos políticos e morais impulsionados por agendas conservadoras.
2022	AGUIAR, Evi Cunha	Abordar o currículo como prática discursiva e política, denunciando o apagamento das temáticas de diversidade



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

		sexual e de gênero nas políticas públicas educacionais recentes, reafirmando a importância da escola como espaço plural, de produção de subjetividades críticas e de enfrentamento às estruturas que sustentam a exclusão.
2021	NETO, Santos João Tomaz dos	Examinar os desafios enfrentados por professores no processo formativo diante da diversidade sexual e de gênero, apontando lacunas persistentes na preparação para uma prática pedagógica inclusiva.
2020	SILVA, Lázaro César da; ARAÚJO, Rafael Alves de; FARIAS, Thamiros Silva; SILVA, Wendrielly Sousa da; SEVERO José Leonardo Rolim de Lima	Analisar percepções de estudantes de cursos de Pedagogia acerca das temáticas de gênero e sexualidade, evidenciando tanto resistências quanto possibilidades para a construção de práticas educativas não sexistas no processo formativo docente.
2021	REIS, Sônia Maria de Oliveira; MACÊDO, Dinalva Oliveira; AGUIAR, Samara dos Santos	Enfocar os embates cotidianos entre gênero e currículo nas práticas escolares, revelando as tensões entre diretrizes oficiais e experiências vividas.
2018	VARELA, Cristina Monteggia; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpe.	Investigar experiências desenvolvidas em cursos de formação continuada, evidenciando a relevância de práticas pedagógicas que promovam o respeito às diferenças e a equidade de gênero.
2017	SILVA, Ritieli Pires da	Refletir sobre o papel da escola na desconstrução de padrões heteronormativos e sexistas historicamente naturalizados, atribuindo à educação uma função estratégica na promoção da cidadania.
2017	VICENTE, Bruno Inocencio	Analisar as representações de corpo e gênero no currículo, destacando como essas construções operam a partir de lógicas normativas que contribuem para a exclusão de sujeitos dissidentes.
2016 a	PARAÍSO, Marlucy Alves	Apresentar o conceito de “ciranda do currículo” como ferramenta analítica para pensar resistências às normatizações identitárias e aos dispositivos de controle presentes nos currículos escolares.
2016 b	PARAÍSO, Marlucy Alves	Analisar o que o currículo escolar tem ensinado sobre gênero e como isso tem dificultado o aprendizado na escola.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

A análise do corpus foi conduzida por meio de leitura crítica e interpretativa, identificando recorrências temáticas e tensionamentos entre as abordagens teóricas. A partir dessa leitura, emergiram duas categorias centrais de análise: currículo, gênero e práticas de controle e relações de gênero na escola. Ambas as categorias refletem as dimensões mais



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

evidentes no tratamento dos dados evidenciando tanto as lacunas quanto os obstáculos e possibilidades vivenciadas nas práticas escolares cotidianas.

Currículo, gênero e sexualidade e práticas de controle

Os estudos apontam que as instituições escolares apresentam uma postura de negação e silenciamento das questões relativas à sexualidade e gênero, refletindo-se no currículo. Para Neto (2021, p. 116) “as instituições escolares mantêm relações de negação quanto à sexualidade e às questões de gênero, tanto no currículo escolar quanto na formação dos professores, impedindo que esses assuntos adentrem a escola”. Tal posicionamento restringe a possibilidade de uma educação crítica e inclusiva, pois invisibiliza a diversidade presente no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, o currículo escolar, embora possua relevância intelectual e estrutural no processo de ensino-aprendizagem, enfrenta desafios para discutir sobre identidade de gênero e sexualidade. “O currículo possui sua relevância intelectual e estrutural no processo de ensino-aprendizagem, mas também precisa enfrentar diversos desafios, como as discussões sobre identidade de gênero e sexualidade na matriz curricular” (Neto, 2021, p. 123). Esses desafios são históricos e resultam em um apagamento sistemático dessas temáticas, enquadradas, frequentemente, em discursos biológicos e biopolíticos.

Por outro lado, a introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), na segunda metade da década de 1990, representou um avanço formal na tentativa de inserir temáticas de gênero e sexualidade no currículo escolar, porém sua implementação se mostra ainda frágil diante das resistências culturais e políticas (Neto, 2021). Silva (2017, p. 226) reafirma essa ideia ao apontar que “o gênero aparece timidamente nas legislações que norteiam o currículo escolar”, o que reforça a manutenção da escola como um espaço aparentemente neutro, porém que, ao evitar o debate explícito sobre gênero, acaba reproduzindo desigualdades entre meninos e meninas.

Além disso, a formação dos profissionais da educação desponta como um importante espaço para a problematização das relações de poder e saber que legitimam certos conteúdos e excluem outros. Varela, Ribeiro e Magalhães (2018, p. 2) afirmam que a formação de profissionais da educação nas temáticas de corpos, gêneros e sexualidades permite refletir criticamente sobre as relações de poder-saber que “legitimam determinados conhecimentos dentro dos currículos e documentos norteadores da Educação”. Tal formação, permeada pelos



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Estudos de Gênero, busca revelar o caráter construído e desconstruído de práticas e concepções naturalizadas nos currículos escolares (Varela, Ribeiro e Magalhães, 2018).

Na mesma linha, Silva et al. (2020) apresentam as abordagens pós-críticas dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, compreendendo o currículo como um instrumento capaz de valorizar as diferenças socioculturais, especialmente no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, frequentemente atravessadas por relações de poder. Segundo Silva et al. (2020), a mudança na abordagem curricular das questões de gênero implica o rompimento com dicotomias que sustentam desigualdades entre os sujeitos. Ainda segundo os autores, a transformação propõe uma escola que acolha a coexistência e a equidade entre homens, mulheres e pessoas não-binárias. Destacam a importância de práticas que oportunizem “condutas suscetíveis à superação e desconstrução da normatização” (Silva et al., 2020, p. 3)

Entretanto, persistem lacunas no currículo escolar, como a redução da sexualidade à disciplina de Ciências, o tratamento do gênero como criação acadêmica distante da realidade escolar e a abordagem da sexualidade centrada em ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), o que reforça a necessidade de um currículo não-sexista, que inclua questões de gênero e diversidade em todos os níveis e disciplinas (Silva et al., 2020).

Do mesmo modo, a ausência do debate sobre gênero no currículo da educação básica, conforme Aguiar (2022, p. 69), equivale a manter uma “ontologia que apaga a existência de diversos sujeitos”, como se a ciência fosse neutra e a diversidade não coubesse no ambiente escolar. O autor questiona: “para de baixo de qual tapete foram varridos os sujeitos da diversidade? Para qual armário foram empurrados de volta?” (Aguiar, 2022, p. 66). Essa reflexão revela a urgência de pesquisas e práticas pedagógicas que discutam gênero e diversidade sexual, principalmente no atual cenário de tensão política.

A relação entre currículo e gênero se vê marcada por práticas de controle e resistência. Reis, Macêdo e Aguiar (2021, p. 50) descrevem esse relacionamento como “tenso, conflituoso, conturbado”. Para essas autoras, há uma contenção que cerceia o currículo, vestindo-o com palavras e ações simbólicas que aparentam transformações, mas que, na verdade, não alteram a hegemonia vigente. Tal contenção gera um ambiente de constante medo para quem aborda gênero no currículo: “tratar sobre gênero dentro do currículo é estar em constante situação de medo do vindouro” (Reis, Macêdo e Aguiar, 2021, p. 60). As mencionadas autoras acreditam que a relação gênero/currículo “ainda está fundamentada em aparências que não têm fomentado efeitos positivos para nenhum dos campos” (2021, p. 63), evidenciando a necessidade de aprofundar as transformações reais no currículo para além das formalidades e discursos vazios.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Secattii e Guimarães (2023, p. 18) apontam para a “arena de disputa” onde a educação mercantilizada minimiza questões relacionadas às desigualdades de gênero e classe, preocupando-se em “não dar destaque e representação a esses sujeitos”, para não desagradar financiadores vinculados às instituições de poder. Essa ausência da representação dos termos gênero e orientação sexual nos currículos contribui para a manutenção da sociedade patriarcal e estratificada, por meio de valores neoliberais que reproduzem competitividade, desempenho e papéis de gênero e que aprofundam as desigualdades sociais.

Para Secattii e Guimarães (2023, p. 22), a supressão dessas categorias implica no desenvolvimento de currículos sexistas e pedagogias excludentes, que “privam os sujeitos do acesso ao conhecimento historicamente elaborado, sobretudo acerca da categoria gênero e orientação sexual enquanto saber selecionado na elaboração curricular”. A ausência desses saberes no currículo representa um mecanismo que impacta as lutas por redistribuição e reconhecimento das mulheres e grupos marginalizados, uma vez que a elaboração crítica do currículo deve reconhecer as iniquidades sociais e pautar saberes necessários para superá-las.

Sob essa ótica, o controle do currículo, segundo Paraíso (2016a), tem sido motivo de preocupação crescente, com tentativas de impor uma neutralidade que na prática silencia as discussões sobre gênero e sexualidade. A autora afirma que “é absurdo o modo como tentam controlar o currículo e os/as docentes” (Paraíso, 2016a, p. 394) e descreve a disseminação de ideias que buscam impedir o ensino dessas questões na escola por meio de discursos alarmistas, distorcidos e propagados na mídia e internet, que amedrontam famílias e professores.

Nesse cenário, as estratégias discursivas usadas para desacreditar o gênero apresentam-no como uma “não verdade”, “conto”, “falseamento da realidade” ou “ideologia”, com o objetivo de destituir seu caráter científico e garantir o silenciamento docente (Paraíso, 2016a, p. 399). Professores relatam sentir-se indignados, angustiados e inseguros frente a essas pressões políticas e sociais (Paraíso, 2016a). Ademais, Paraíso (2016a, p. 392) alerta para o rótulo “ideologia de gênero” que se tornou uma premissa para o ódio declarado às lutas por igualdade de direitos, à discussão crítica sobre gênero e sexualidade e aos direitos de pessoas não heterossexuais. O controle do currículo é apontado como ferramenta fundamental para conter essas conquistas e manter a ordem conservadora.

Relações de gênero na escola

Ao examinar as produções selecionadas, constata-se que o currículo escolar opera como um espaço de reprodução de desigualdades de gênero, muitas vezes naturalizando hierarquias



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

entre os sexos por meio de práticas pedagógicas e simbólicas que reforçam estereótipos. Paraíso (2016b) identifica que, nos mais diversos momentos e ações do currículo, ensina-se que meninos e meninas são diferentes e devem ocupar lugares diferentes. Essa diferenciação manifesta-se desde os anos iniciais da escolarização, construindo papéis sociais distintos atribuídos a meninos e meninas, que são interiorizados por meio das práticas escolares cotidianas.

Nesse sentido, Paraíso (2016b, p. 220) aponta que o baixo desempenho nessas áreas é visto como mais esperado dos meninos do que das meninas, já que estes são frequentemente considerados como possuidores de características que dificultam sua aprendizagem, como “desatenção, desobediência, desconcentração, indisciplina”. Essas representações revelam uma naturalização da inaptidão escolar masculina e, por outro lado, a exigência de que as meninas se enquadrem em padrões rígidos de comportamento e desempenho. Diante disso, a assimetria de expectativas torna-se ainda mais evidente quando as meninas não correspondem ao que se espera delas. Paraíso (2016b, p. 222) observa que “se a menina foge do que esse raciocínio espera dela, logo é colocada em um meio duplo de correção para que aprenda a ser boa aluna e boa menina”.

A penalização do comportamento desviante da menina reforça o controle de gênero exercido pela escola, que atribui valores morais às condutas e desempenhos escolares. Nesse contexto, quando uma menina apresenta dificuldades na aprendizagem, o problema é deslocado do campo pedagógico para o da identidade de gênero ou até mesmo da patologia. Ou seja, “uma menina que não se porta na aprendizagem como esperado é considerada como possuindo um outro problema que não é da ordem pedagógica: um problema de gênero ou de doença” (Paraíso, 2016b, p. 221).

Esses discursos cristalizados sobre as capacidades de meninos e meninas também são sustentados por práticas curriculares que os reforçam no cotidiano escolar. Nos currículos analisados por Vicente (2017), as propostas pedagógicas para os anos iniciais distinguem-se nitidamente conforme o gênero. Segundo o autor, “são recomendadas as realizações das tarefas agrupadas por sexo, menino com menino e menina com menina e também atividades nas quais constava sempre a figura masculina como referência” (Vicente, 2017, p. 42).

A reprodução de padrões de gênero na escola não se restringe aos conteúdos formais, mas também se manifesta nas práticas simbólicas e na organização das relações. Conforme destaca Vicente (2017, p. 45), em diferentes espaços sociais, como a família e a comunidade, bem como em contextos escolares, são esperadas condutas baseadas em padronizações cristalizadas



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

historicamente, e a escola muitas vezes “reproduz e reforça essas práticas sem qualquer trato pedagógico mais aprofundado”.

Ainda segundo Vicente (2017), o corpo é tratado de forma restrita e biologizante no currículo, sendo abordado apenas pela área de Ciências, o que evidencia uma concepção limitada da corporeidade, ignorando sua dimensão social e cultural. O autor aponta que “quando se fala em corpo, pensa-se somente nas questões biológicas [...] e não como algo construído socialmente” (Vicente, 2017, p. 41). Dessa forma, as possibilidades de discussão sobre gênero e sexualidade ficam reduzidas, prejudicando uma abordagem crítica e emancipatória no contexto escolar.

Para Varela, Ribeiro e Magalhães (2018, p. 7) “meninos e homens, ao longo de sua constituição enquanto sujeitos são subjetivados por tais discursos, tanto sofrendo seus efeitos normalizadores, como reproduzindo tais práticas em suas relações diárias”. A escola, como espaço de socialização, é também produtora e reprodutora de discursos normativos sobre masculinidade e feminilidade. Assim, o currículo precisa ser compreendido como um campo de disputa de sentidos, no qual se podem reafirmar ou resistir às desigualdades de gênero.

O currículo que silencia as experiências e as identidades diversas contribui para a consolidação de representações de poder baseadas na hierarquia entre os sexos. Vicente (2017, p. 32) observa que “muitas das relações de poder que estão presentes no cotidiano escolar, por vezes, reproduzem as representações coletivas”, que se cristalizam e se tornam normas, inclusive no que diz respeito às relações de gênero. Esse processo normativo impõe limites ao reconhecimento da pluralidade de experiências de meninas e meninos, reforçando padrões hegemônicos e excludentes.

A crítica à naturalização das desigualdades de gênero no currículo também se faz presente nos trabalhos que discutem a origem e a função social do conceito de gênero. Neto (2021, p. 115) destaca que o gênero “foi formulado a partir das discussões, lutas e reflexões que advêm do movimento feminista, que pontuou distinções entre sexualidade e identidade de gênero”. Isso implica reconhecer que as identidades de gênero não são determinadas biologicamente, mas construídas historicamente e socialmente.

Esse entendimento é reiterado por Silva (2017, p. 224), ao afirmar que “gênero é entendido como uma construção social, criada pela família a partir do nascimento”. Para a autora, a escola pode tanto contribuir para a manutenção dos estereótipos como promover sua desconstrução, dependendo da forma como o tema é abordado. A mesma autora ressalta que “as relações entre mulheres e homens ainda mantêm uma grande assimetria” e que a escola



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

“pode contribuir para manutenção dos sistemas de pensamento e atitudes sexistas [...] ou provocar reflexões e desconstrução dos papéis de gênero” (Silva, 2017, p. 223-224).

Assim, discutir gênero na escola é também discutir os fundamentos da própria educação. Silva (2017, p. 227) indaga: “se gênero é um conceito criado com o objetivo de discutir como se constrói historicamente e socialmente o que é masculino e feminino, qual é o problema de discutir gênero dentro da escola?”. A autora propõe que os docentes promovam o debate de forma crítica, desconstruindo os modelos hegemônicos e mostrando “que existem diversas formas de ser mulher, muitas possibilidades de ser homem” (Silva, 2017, p. 227), contribuindo para que a diferença não se converta em desigualdade.

Secattii e Guimarães (2023) enfatizam que as práticas educacionais participam da reprodução da divisão sexual do trabalho, ao inculcarem nas meninas, desde cedo, a ideia de que são naturalmente vocacionadas para o cuidado. “Mesmo após perseguir uma carreira, trabalho e estudos não conseguem ser devidamente remuneradas e ainda abarcam a jornada doméstica e do cuidar como inerentes a sua existência” (Secattii e Guimarães, 2023, p. 19). Isso revela o papel crucial da escola na reprodução das desigualdades materiais entre os sexos.

Aguiar (2022) vem reforçar a importância de uma abordagem crítica e histórica do conceito de gênero no espaço escolar. A autora afirma que “a noção de gênero pôde ser desconstruída em sua acepção biologizante e essencializada e esse debate precisa se fazer presente na escola” (Aguiar, 2022, p. 67). Assim, compreende-se que a transformação das práticas curriculares passa necessariamente pela revisão crítica dos fundamentos que orientam a construção do conhecimento e das relações no ambiente educacional.

Conclusão

A revisão de literatura realizada permitiu compreender que o currículo escolar é um espaço simbólico de disputa que tanto reproduz desigualdades quanto abre possibilidades de transformação. As produções analisadas revelam que, apesar de avanços formais na inserção das questões de gênero em documentos e discursos educacionais, ainda prevalecem silenciamentos, resistências culturais e práticas pedagógicas que reforçam a normatividade e a exclusão. Também se evidenciou que a formação docente é central nesse processo, uma vez que professores e professoras podem desempenhar um papel decisivo no enfrentamento de práticas sexistas e na construção de uma educação plural e crítica.

O estudo indica que o campo permanece aberto e marcado por lacunas importantes, o que demanda novas investigações. Torna-se necessário ampliar pesquisas que analisem de forma



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colégio de Pedagogia
Vitória da Conquista

mais direta a presença e a ausência das questões de gênero nos documentos que regem a política educacional brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), a Base Nacional Comum Curricular (2017) e o Documento Curricular Referencial da Bahia (2022), já que esses instrumentos impactam diretamente a organização dos currículos escolares. Além disso, faz-se fundamental aproximar teoria, legislação e prática cotidiana, reconhecendo que a revisão de literatura não constitui um ponto final, mas um convite à continuidade de estudos que fortaleçam uma educação democrática, inclusiva e acolhedora da diversidade.

Referências

AGUIAR, Evi Cunha. Debates sobre gênero e sexualidade na educação: o currículo enquanto discurso oficial. In: **Violência e gênero: análises, perspectivas e desafios**. Editora Científica Digital, 2022. v. 1, p. 65-75. ISBN 978-65-5360-163-5. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.37885/220709338>. Acesso em: 4 ago. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CORAZZA, Sandra. **O que quer um currículo? Pesquisas pós-críticas em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NETO, João Tomaz dos Santos. Diversidade sexual e de gênero no currículo escolar e na formação docente : desafios e práticas de respeito. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n. 3, p. 111–132, 2021.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência . **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388–415, set./dez. 2016a.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e relações de gênero : entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas, Florianópolis**, v. 17, n. 33, p. 206-237, jan./abr. 2016b. DOI: 10.5965/1984723817332016206.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira; MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana; AGUIAR, Samara Gomes. Gênero e currículo : tensões e contenções de um conflituoso relacionamento. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE, v. 4, n. 13, p. 48–68, maio/ago. 2021.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

SECATTII, Keysa Katiere Garcia; GUIMARÃES, Lucelia Tavares. Gênero e justiça curricular: os desafios na construção do currículo crítico em um contexto neoconservador e antidemocrático. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1–24, 2023.

SILVA, Lázaro César da; ARAÚJO, Rafael Alves de; FARIAS, Thamires Silva; SILVA, Wendrielly Sousa da; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **Gênero e sexualidade no currículo escolar**: um debate sobre formação docente com fundamentações da teoria queer. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 7., 2020, Maceió. Anais do VII Congresso Nacional de Educação, CONEDU. Maceió: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80400>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SILVA, Ritieli Pires da. A importância da discussão de gênero na escola. **Revista Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 17, p. 223-229, jul./dez. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed., 8. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

VARELA, Cristina Monteggia; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **Gênero e formação de profissionais da educação**: possibilidades para pensar o currículo escolar. In: VII SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE. Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018.

VICENTE, Bruno Inocencio. Corpo e gênero: suas representações no currículo escolar. **Temas em Educação Física Escolar**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 30–48, jan./jun. 2017.